

O controle social e o projeto da Reforma Sanitária

A participação e o controle social estão entre as maiores inovações do projeto da Reforma Sanitária. O setor Saúde apresenta hoje a estrutura de participação mais sólida entre todos os setores de política social no Brasil, tendo sido modelo para diversas áreas. A inovação se expressa na construção de instâncias institucionais reconhecidas e legitimadas pelo Estado e que, de forma autônoma e com participação de distintos segmentos sociais, têm poder para interferir nas diretrizes governamentais – os Conselhos de Saúde.

Paralelamente, foram instituídas as Conferências de Saúde, mecanismos que a um só tempo definem e estruturam as prioridades do setor, assim como fortalecem a organização dos movimentos sociais, de profissionais e da sociedade civil em geral. Contudo, reconhecemos que é preciso avançar. A complexidade do SUS e os desafios da Reforma Sanitária exigem que as instâncias de controle social se tornem ainda mais qualificadas para sua função de garantir que o Estado esteja cada vez mais a serviço do cidadão. As instituições democráticas tradicionais estão consolidadas, como os partidos políticos e instituições da democracia representativa. O país cresceu também em relação à representação plural, com um rol significativo de organizações associativas de defesa de direitos, de representação de

interesses específicos, sindicatos, organizações não governamentais, etc. Também somos referência na construção de mecanismos consultivos e deliberativos de políticas, como os conselhos e os orçamentos participativos.

Houve inegável avanço na construção de uma concepção progressista da questão social, refletida no tratamento legal e institucional dado a temas como a saúde, infância e adolescência, mulheres, idosos, e mais recentemente em temas como orientação sexual, igualdade racial ou mesmo violência doméstica. Avançou-se na construção de sistemas de políticas sociais abrangentes, públicos, com concepção progressista calcada na idéia do direito, envolvendo os distintos níveis de poder em estruturas descentralizadas, com aparatos regulatórios bem desenhados e presentes de forma relativamente homogênea em toda a nação.

Esses avanços, contudo, não têm sido capazes de lidar com as iniquidades na distribuição dos recursos sociais, com a violência crescente nas cidades, a corrupção no Estado ou a permanência de estruturas tradicionais de poder – todos elementos desagregadores que se reproduzem ou mesmo avançam *pari passu* às conquistas alcançadas.

Os mecanismos de consulta e deliberação não têm sido capazes de superar as formas tradicionais de intermediação de interesses, assim como, tanto governos quanto sociedade organizada, não têm sido capazes de criar mecanismos para superar os

entraves colocados à condução conjunta de negociação e resolução de problemas, principalmente aqueles restritos ao nível local, que seriam, em princípio, de mais fácil intervenção.

É preciso questionar o modelo de democracia que alcançamos e suas possibilidades futuras. A perspectiva do CEBES é de que a democracia deve estar atrelada à melhoria das condições de distribuição da riqueza social e à construção de uma sociedade solidária. Nesse sentido, nos perguntamos em que medida os movimentos progressistas devem questionar o modelo em curso, inclusive os avanços alcançados com os mecanismos de participação e controle social construídos em tempos recentes. É urgente a reflexão sobre os modos de avançar em direção a uma democracia mais radical, que inclua os setores hoje excluídos, questione efetivamente as estruturas tradicionais de poder político e crie possibilidades de superá-las.

Várias das questões que orientam o CEBES na iniciativa de debater a participação social estão contidas nesta publicação, em artigos de especialistas e convidados. São textos atuais que buscam responder em que medida a democracia, hoje, e a brasileira em especial, pode prescindir da mudança efetiva das condições sociais da maioria da população. A manutenção do modelo de democracia representativa, com razoável estabilidade das instituições e garantia de vocalização dos interesses plurais, pode

adensar a democracia no sentido de incluir novos setores e alterar as condições atuais de exclusão?

A concepção de participação social da Reforma Sanitária é de que uma sociedade saudável é antes de tudo uma sociedade solidária, igualitária e democrática. Por isso, é preciso expandir e aprofundar os mecanismos que garantam a participação cívica e democrática, assegurando uma cidadania plena.

A DIRETORIA NACIONAL